



Desemprego, Precarização e Informalidade: perspectivas do neoliberalismo no mundo pós-crise?

Unemployment, Insecurity and Informality: neoliberalism perspectives in post-crisis world?

MIGUEL RODRIGUES NETTO*

IVONE MARIA FERREIRA DA SILVA**



RESUMO – Este artigo constitui-se numa contribuição teórica sobre o tema da mundialização do capital, suas refrações na questão social brasileira e os desafios para a classe trabalhadora, compreendendo o Serviço Social como profissão inscrita na divisão social do trabalho e que, portanto, sofre determinações desse processo por lidar cotidianamente com as expressões renovadas da questão social. Por isso, apresentar as contradições existentes entre o discurso neoliberal em tempos de hegemonia desta ideologia e a realidade objetiva de trabalhadores à luz de transformações implantadas por esta nova orientação de Estado após o welfare state faz-se necessário.

Palavras-chave – Classe Trabalhadora. Desigualdade. Globalização. Neoliberalismo. Questão social.

ABSTRACT – This paper constitutes a theoretical contribution on the topic of globalization of capital, its refractions in Brazilian social question and the challenges for the labor class, including the Social Labor profession inscribed in the social division of labor and thus suffers determinations of this process by dealing daily with renewed expressions of the social question. Therefore, presenting the contradictions between neoliberal discourse in times of hegemony of this ideology and objective reality of workers in the light of changes implemented by this new orientation of state after the Welfare State is necessary.

Keywords – Labor Class. Inequality. Globalization. Neoliberalism. Social question.

* Jornalista. Mestre em Política Social. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Trabalho e Sociabilidade UFMT. Conselheiro da Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso, Mato Grosso/MT – Brasil. E-mail: miguel.rodriques@seduc.mt.gov.br

** Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Trabalho e Sociabilidade. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Mato Grosso/MT – Brasil. E-mail: ivone.ferreira@terra.com.br
Submetido em: setembro/2013. Aprovado em: abril/2014.

Desde o fim da segunda guerra mundial o capitalismo experimentava uma fase de grande êxito, com altíssimas taxas de lucro e produtividade e diminuição do contingente de desempregados. Esse período ficou historicamente conhecido como os *anos dourados* ou as três décadas gloriosas.

Nesse período, diversos países experimentaram um modelo de organização do Estado em que, apesar da prevalência dos interesses do capital, houve significativos avanços nas políticas que combatiam os próprios anacronismos deste modo de produção: tratava-se do *welfare state*,¹ um estado de bem-estar social que rompia em certa medida com a ausência do Estado na regulação das relações sociais e propunha um intervencionismo pouco comum nos marcos do capital.

Esse período histórico foi marcado pela polarização entre o bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos e o bloco socialista onde se destacava a União Soviética. O *welfare state* ocorreu num momento em que a ameaça do comunismo rondava o mundo, a classe trabalhadora alcançava grande capilaridade nos países centrais e os altos índices de crescimento econômico permitiam queimar certa “gordura” com demandas sociais.

Mas tão logo a crise mundial do petróleo trouxe queda nos lucros e o ímpeto da experiência socialista decresceu, o capital prontamente estava preparado a tomar de novo as rédeas e impor uma nova ofensiva, encerrando assim os gloriosos anos e entrando nos anos do neoliberalismo.

A desregulamentação da economia, as relações capital-trabalho, o comércio entre os países, tudo isso deixaria de ser responsabilidade do Estado e passaria a ser “livre” ao mercado, pois a ação estatal gerava distorções perigosas ao pleno desenvolvimento e só o mercado seria capaz de trazer de volta o equilíbrio; assim estava dado o receituário neoliberal expresso nos documentos do Consenso de Washington.²

Mas essas mudanças não ocorreram sem uma enxurrada ideológica que justificasse esta guinada como explica Soares (2002):

Um dos componentes ideológicos por trás desse tipo de proposta é a ideia de que o setor público caracteriza-se, por princípio, em qualquer circunstância, como ineficiente e ineficaz, ao contrário do setor privado, o único a possuir uma “racionalidade” e uma “vocação” capazes de levar ao crescimento econômico. As possibilidades de sucesso da proposta privatizante estariam assim garantidas desde que o Estado não interferisse (SOARES, 2002, p. 51).

A proposta neoliberal consistia no afastamento do Estado das atividades consideradas estratégicas, sendo que este deveria apenas garantir as atividades básicas, necessárias em última análise apenas ao próprio desenvolvimento do capital, pois garantir educação básica, saúde pública e o mínimo em infraestrutura urbana seria necessário para garantir o pleno aproveitamento da capacidade laboral da população.

A ofensiva neoliberal liderada por Reagan nos Estados Unidos e Thatcher na Inglaterra desenhava uma nova ordem mundial, em que a exacerbação da individualidade era a mola propulsora de um modelo de organização onde cada indivíduo seria o único responsável por seu êxito na sociedade. Não mais o Estado seria chamado a atuar na promoção do bem-estar social, mas cada um fazendo a sua parte é que levaria o conjunto da sociedade ao equilíbrio.

Com certeza, na lógica do *laissez-faire*, as garantias de proteção ao trabalho conquistadas durante o *welfare state* começam a correr perigo, sendo que a partir dos anos de 1990, com a eleição de Fernando Collor e posteriormente com Fernando Henrique, o Brasil entra de forma mais efetiva no ajuste neoliberal.

Nesse período o discurso político de mudança de paradigmas e ruptura com as velhas experiências colocava em xeque a capacidade do Estado brasileiro em resolver os enormes abismos sociais acirrados na década anterior, e por isso era preciso modernizá-lo.

A novidade defendida na reforma, do ponto de vista neoliberal, era a transferência do Estado para a iniciativa privada de setores estratégicos, liberalização do comércio exterior e combate ao que chamavam de engessamento das relações capital x trabalho (leis trabalhistas). Assim, a saída para os problemas causados pelo capital era uma fórmula que continha ainda mais capital e menos Estado.

Soares (2002, p. 12) ressalta que “a legislação trabalhista evolui para uma maior mercantilização (e, portanto, desproteção) da força de trabalho; a legitimação (do Estado) se reduz à ampliação do assistencialismo”.

Antes mesmo do ajuste neoliberal, ganhava destaque um ideário que muito serviu aos interesses do capital, o chamado pós-modernismo que, segundo Wood (2006), tem “princípios de contingência, fragmentação e heterogeneidade, [...] hostilidade a qualquer noção de totalidade, sistema, estrutura, processo e ‘grandes narrativas’.”

Nesse sentido, se fortalecem e se expandem os movimentos sociais de orientação pós-moderna, cuja reivindicação não se baseia numa luta de classes e muito menos numa contradição dialética de sistema. Esses movimentos, chamados de “novos”, buscam satisfazer demandas setoriais e não a superação da raiz das desigualdades.

A fuga do processo histórico, bem como a redução dos conflitos à esfera da subjetividade, vai atender à lógica de que o Estado deve atuar de forma emergencial e focalizada, assim suas políticas não devem ser amplas e universais. Nessa perspectiva, o trabalhador é explorado pelo capitalista por sua condição de negro, de mulher, de homossexual ou de portador de deficiência; assim, resolver os conflitos inerentes a essas determinações passa a ser o centro da estratégia dos “novos” movimentos sociais.

Para ser útil ao modelo neoliberal, o Estado brasileiro precisava se adequar à *nova ordem mundial*, por isso as reformas gerenciais. Essas reformas iniciadas nos anos 1990 vieram então nos mais diversos níveis e foram mais ou menos desestruturantes e – com a resistência dos movimentos sociais já enfraquecida com a fragmentação, o voluntarismo, o individualismo e o avanço das privatizações – aliadas à maior financeirização da economia impuseram derrotas à classe trabalhadora.

A Constituição Federal promulgada em 1988, que pretendia ser uma tentativa de estado de bem-estar social brasileiro, pois alterou significativamente a perspectiva do papel do Estado nas macropolíticas como educação, saúde, habitação e seguridade social, não logrou êxito naquele momento.

Violin revela o caráter contraditório entre o que prevê a Constituição de 1988 e a real efetivação dessas políticas:

Ao analisar a ordem social a partir do artigo 193, a constituição é clara ao responsabilizar o Estado como ator importante – e talvez principal – na área social, sobretudo saúde (art. 196 CF), educação (art. 205 CF) e assistência social (art. 194 CF). [...], todavia essas determinações, entre nós, jamais passaram do papel à realidade (VIOLIN, 2008, p. 28).

Fruto dessa teoria de menos atuação do poder público, por ser este ineficiente e obsoleto, e mais ação da iniciativa privada, o Estado brasileiro entra num processo de privatização interna, ganhando destaque as terceirizações.

Violin (2008, p. 72) conceitua:

O termo terceirização é empregado no sentido de transferir a execução de determinadas atividades e/ou serviços a pessoas ou organizações alheias aos quadros da instituição diretamente responsável pelo resultado destas, por meio de contrato de serviço, concessão, permissão, autorização, convênio ou acordo de cooperação técnica.

As terceirizações atendem ao preceito neoliberal da eficácia e impõem no seio do serviço público a mesma lógica já existente nas relações Estado e sociedade, retirando a historicidade e contribuindo para a perda da identidade do trabalhador enquanto classe e enfraquecendo instrumentos consolidados de enfrentamento como as greves.³

Essa ferramenta consiste numa falácia ao discurso de eficiência no gasto público, pois o Estado, ao invés de reduzir, acaba por aumentar os gastos, sem que isso signifique melhores salários aos trabalhadores. Estes ganham menos que os servidores estáveis de carreira, são vulneráveis às oscilações da empresa, que ganha muito e paga o mínimo pela mão de obra que contrata.

O Brasil no cenário da mundialização do capital

Segundo Silva (2008), quase tudo já foi dito e redito sobre os efeitos deletérios do ajuste neoliberal que toma a cena contemporânea da sociedade, a partir dos anos 70, contornando novas feições para o quadro socioeconômico do Brasil. Transformações denominadas de *globalização* por alguns ou *mundialização do capital* por outros, afetam de forma constrangedora as dimensões econômica, política, social e, também, o mundo da cultura.

O mundo da cultura é afetado porque envolve a subjetividade dos sujeitos sociais – alvos diretos dessas transformações –, dividindo a opinião quanto ao grau de consequências que atingem massivamente indivíduos, grupos e coletividades. Esses sujeitos sociais estão mais na condição de objetos de políticas de corte neoliberal, levando-se em conta o pouco que se tem realizado para enfrentar as novas expressões da questão social com o aprofundamento da desigualdade social, atingindo em cheio o mundo e a vida das classes subalternas e populares. Muitos autores demarcam esse momento de retrocesso na questão social e, por consequência, nas políticas sociais.

Logo, o assistente social, na condição de *executor terminal* de políticas sociais, segundo Netto (1991), que tem na questão social sua base e fundamento, vê-se diante de novos desafios profissionais (IAMAMOTO, 2003).

No âmbito das relações econômicas, vive-se um processo de reestruturação nas relações produtivas que contribuem para o crescimento do desemprego estrutural, mediante novos processos de produção determinados por novas demandas de consumo, afetando em cheio o mercado de trabalho dos assistentes sociais. Na base desse processo está fincada a exigência de uma profunda qualificação profissional, o que, para acesso ao mercado de trabalho, implica o requinte da máxima liberal: a oportunidade existe e é igualitária, porém o que a define é o grau de competência do trabalhador. Tal reestruturação é inerente ao próprio movimento do capital na sua natureza expansiva. Marx diria que esse processo nada mais é do que a depuração do capitalismo, isto é, forma mais afinada de exploração do trabalho.

Com um modelo econômico centrado apenas na valorização do capital financeiro e de governos correndo atrás do superávit para pagar dívida externa, a consequência mais grave e que afeta diretamente as classes populares, ou aquelas *que-vivem-do-trabalho* (ANTUNES, 1994), é a ausência de políticas sociais efetivas e eficazes. Significa, concretamente, a redução do papel do Estado brasileiro no enfrentamento das diferentes expressões da questão social e, conseqüentemente, na redução das desigualdades.

É preciso considerar que na nossa realidade esses efeitos adquirem características próprias determinadas pelas condições objetivas de um país de industrialização tardia – mas que não se exime dos danos de uma *globalização planetária perversa*.⁴

Apesar de estarmos na condição de vítimas dos efeitos maléficos da reestruturação produtiva, ainda coexistem traços do modelo fordista julgado extinto, incluindo direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora que devem ser preservados. Mesmo assim, há uma tendência à mitificação da

“globalização”. Como a totalidade dos países dependentes e contrariando os discursos de seus governantes – em especial os nossos – o Brasil tem uma inserção limitada nesse processo. Na verdade, temos vivido as últimas três décadas para pagar os juros da dívida externa – já declaradamente impagável. Vive-se o paradoxo de captar dinheiro americano para pagar juros da dívida externa, especialmente, para os americanos. Portanto, a preocupação do governo brasileiro tem sido gerar superávit para cumprir a meta de liquidação de juros.

Logo, a nossa política econômica não é a política de dentro, mas a política de fora; não produzimos para crescer e distribuir, mas para sustentar a economia de outros países. Até aqui nenhuma novidade nessa afirmação, pois nascemos na condição de colônia com essa finalidade, apesar de já termos nos constituído em Estado nacional independente desde 1822, com o fim do estatuto colonial. Sempre estamos nos adaptando às novas formas de colonização e dependência.

Na etapa da “globalização” não tem sido diferente. Alguns indicativos dessa dependência: controle inflacionário como imposição do sistema financeiro internacional; negociação da dívida para facilitar novos empréstimos; desregulamentação dos mercados locais; exclusão dos novos mercados transnacionais; captação de recursos sobranes de outros mercados; desvalorização da nossa moeda frente ao dólar; desconcentração do nosso espaço econômico; altas taxas de juros fragilizando nosso sistema bancário; desmonte da cadeia produtiva com demissão em massa e desemprego estrutural; desnacionalização da economia com baixas taxas de investimentos (BENJAMIN et al., 1998).

O quadro real é o de dependência financeira e controle da economia por empresas externas, apropriação privada dos recursos públicos, concentração da renda, exclusão social e presença de oligarquias no centro do poder. Assim como os fazendeiros de cem anos atrás, hoje a oligarquia financeira prioriza a boa relação com os o sistema financeiro internacional, levando a viver pela imposição dos de fora (BENJAMIN et al., 1998, p. 58). Tudo isso como prescrição da política neoliberal que vem passando uma falsa imagem de abundância e ilusão de consumo (idem, p. 39).

Vista a inclusão do Brasil no processo de “globalização” na condição de país menos periférico dos periféricos – nossa posição seria intermediária: nem tão excluída, mas, também, nem tão integradora, já que não temos condições de acompanhar esse aceleração tecnológica que é o motor da globalização – que faz tudo hoje pela velocidade do tempo. Logo, nossa saída seria a integração continental (Mercosul) à medida que somos um país estratégico no redimensionamento geográfico dos territórios, pois fazemos fronteiras com quase toda a América Latina e estabelecemos uma relação favorável entre população, território e riquezas naturais (SANTOS, 2001, p. 142).

Posto dessa forma, não significa dizer que a “globalização” é o fim da história, mas significa dizer, sim, que os políticos e ideólogos na direção deste país têm encaminhado a questão nesses termos, já que até o momento vimos mais as consequências perversas de que tanto falam os teóricos do que a possibilidade da centralidade periférica, pertinência da utopia, consciência universal e da grande mutação do mundo (SANTOS, 2001). Na verdade, ocorre um retrocesso na conversão da questão social ao invés da prioridade pela incorporação da dimensão social na própria democracia liberal, isto é, a possibilidade de construção de uma democracia e cidadania universais (GOMEZ, 2000).

Na verdade, o que se consta é a mundialização dos particularismos, e quem tem lucrado com esse período histórico – até por uma questão de coerência – tem sido a ordem do capital na medida em que se constitui no seu reordenamento político, econômico e cultural. A sociedade brasileira, portanto, vem sendo atingida por uma crise profunda, redesenhando as desigualdades sociais que nem vale a pena ilustrar com indicadores estatísticos, já que são tantos e nos confundem, por vezes, no seu significado, mas representam qualitativamente uma baixa estima, uma inflexão nos valores e a própria identidade da população.⁵

As classes dominantes, como sempre, pouco fazem, porque não se sentem ameaçadas frente à ausência de uma população trabalhadora mais combativa, hoje bastante desorganizada.

Mesmo que a realidade apresente um quadro de rejeição do que está posto – o aprofundamento da desigualdade em todos os níveis, do crescimento e da concentração da riqueza, da desnacionalização da nossa economia – nos coloca um novo modelo *de entreguismo* das nossas riquezas e recursos naturais. Em suma, dá para resumir o quadro atual com uma frase bastante batida e retomada: por Petras: “Os ricos estão ficando mais ricos e os pobres mais pobres” (1997, p. 13).

Netto (2004) agrega outros fatores importantes para a conformação do cenário contemporâneo, que devem, pelo menos, ser mencionados no corpo deste artigo: o colapso do socialismo, a ofensiva neoliberal, a adesão dos intelectuais ao irracionalismo pós-moderno, substituindo o racionalismo dialético pela miséria da razão positivista e a substituição das macroteorias por explicações fragmentadas da totalidade social, na desculpa do resgate da subjetividade perdida em função do projeto da modernidade.

A informalidade no neoliberalismo contemporâneo

A permanência e intensificação da pobreza são algo que podemos perceber que vem se acirrando na medida em que o capitalismo vai trilhando seu caminho de concentração da riqueza. Dados da Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, vinculada ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, de 2002, apontavam que 43% da população latino-americana constituía-se de pobres, fora os 18,6% de indigentes, o que demonstra que tipo de eficiência se buscava nos governos neoliberais hegemônicos na América Latina.

Ainda sobre a América Latina, os dados da CEPAL revelam que no mesmo ano existiam 42 milhões de adultos analfabetos, 55 milhões de pessoas sem acesso à saúde, 109 milhões sem serviço de água potável, 5 milhões de crianças menores de 5 anos subnutridas, 36 milhões de pessoas com esperança de vida abaixo dos 40 anos, 44% da população da América Latina residindo em favelas ou áreas de precária infraestrutura.

Esses números retratam a desassistência dos Estados nacionais dessa região e demonstram como vem sendo desastrosa a experiência neoliberal para os povos de todo mundo, sobretudo nos países em que a desigualdade já era fator preponderante e que com o advento da nova ordem mundial acirrou-se.

A população vive em condições precárias, em cidades desumanas e com altos índices de criminalidade; os ricos constroem suas fortalezas fechadas com câmeras e cercas elétricas e vivem com medo enquanto os pobres moram a dezenas ou até mesmo centenas de quilômetros de distância do seu local de trabalho, sendo obrigados a sair ainda na madrugada de casa enfrentando transporte coletivo insuficiente em quantidade e mais ainda em qualidade, apesar das tarifas estarem cada vez mais caras.

Este modelo de desenvolvimento não oferece oportunidade de trabalho para todos, apesar da insistência da mídia e dos empresários e grandes capitalistas de que com qualificação tudo se resolve, basta estudar permanentemente, fazer cursos, especializar-se, falar inglês e espanhol, dominar informática, ou seja, ser polivalente que aí emprego não vai faltar.

Como já dissemos, o próprio movimento do capital, aliado a uma cultura de individualização exacerbada das relações humanas, vai jogando sobre os ombros do trabalhador toda a culpa pelo insucesso no mundo do trabalho. Pois apesar da constante atualização e qualificação profissional, o que Marx vai caracterizar como *exército industrial de reserva* sempre vai estar a serviço dos capitalistas na constante luta de classes no interior do sistema porque quanto mais gente qualificada houver mais lucro poderá aferir-se da *mais-valia* sem que isso signifique aumento de salário ou de trabalhadores nos seus estabelecimentos.

Uma das mais graves consequências da formação de um cada vez mais numeroso exército de reserva é o aumento do trabalho desprotegido, sem presença regulatória e sem assistência do Estado: é o mundo da informalidade.

Antes de especificar o debate diretamente sobre os efeitos da informalidade e suas implicações no mundo do trabalho, é importante entender com clareza de que classe trabalhadora estamos falando, quando teoricamente estudamos a realidade contemporânea.

Antunes (2002) define que a caracterização da classe trabalhadora hoje deve ser, em nosso entendimento, mais abrangente do que a noção que a restringe exclusivamente ao trabalho industrial, ao proletariado industrial ou ainda à versão que restringe o trabalho produtivo ao universo fabril.

Como o próprio Antunes (2002) já analisara, se a classe trabalhadora inclui o conjunto de homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho e que estão despossuídos dos meios de produção, portanto não tendo alternativa de sobrevivência fora essa venda, *a priori* aqueles que atuam no mundo da informalidade não fariam parte da classe trabalhadora, tendo em vista que estes não vendem sua força de trabalho aos capitalistas.

Consiste a informalidade num desafio muito além do campo teórico, pois caracterizar as pessoas que estão a ela vinculadas não parece ser mais relevante do que entender como se processam essas alterações no mundo trabalho e que levam à expulsão de um elevado contingente populacional do emprego formal.

Conforme explica Lira (2002, p. 49):

Hoje em dia, uma maior imbricação entre relações de trabalho formais e de informalidade, dentro e fora no mundo produtivo, é utilizada pelo capital para diminuir custos, intensificar a exploração do trabalho e transferir para o próprio trabalhador uma parcela maior dos custos de manutenção e reprodução da sua mão de obra.

A discussão trazida por Lira aponta para um numeroso contingente de trabalhadores “sobrantes”, que exercem pressão sobre os salários e podem ser temporariamente empregados nas fases de expansão capitalista, voltando à condição inicial tão logo passe a onda de expansão.

No Brasil, a informalidade já atinge milhões de pessoas e está atualmente num estágio que merece maior atenção por parte do Estado, pois, segundo consecutivos levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o mundo da informalidade vem se ampliando e absorvendo grande parte da população economicamente ativa (PEA) brasileira e, segundo Borges (2005), “dos 82 milhões de trabalhadores no país, 29 milhões estão no mercado formal e, destes, uns 30% são sindicalizados”.

Essas pessoas que desenvolvem uma modalidade de trabalho totalmente desprotegido das mínimas garantias do trabalho formal com carteira assinada, utilizam os serviços públicos e pressionam a previdência social, pois não deixam de necessitar de assistência do Estado simplesmente pelo fato de não estarem no mercado formal, o que é um fator de pressão sobre as políticas públicas focais e emergenciais que se apresentam no país.

A mecanização da agricultura no campo brasileiro, aliada ao encolhimento proporcional da indústria como setores empregadores da mão de obra formal, trouxe uma pressão para o setor de serviços, que não tem demonstrado capacidade suficiente de absorção dos trabalhadores.

Por isso, a grande saída para esse estrangulamento das vagas de emprego é a chamada postura empreendedora que cada um deve desenvolver, pois é muito melhor ser patrão que empregado, como se fosse possível sem incentivo e preparo sair de uma condição de desempregado para outra de empresário.

Lira (2002) apresenta ainda diversos aspectos relevantes sobre a informalidade tais como: o fato de estarem à margem do sistema tributário, portanto em condição de ilegalidade; as assimetrias em relação à renda, com uma minoria de trabalhadores bem remunerados e a maioria abaixo dos níveis mínimos de consumo e os níveis discrepantes de qualificação de mão de obra com pessoal altamente qualificado e outros sem instrução.

A informalidade é o retrato sem retoque de um sistema que tem na sua gênese a prevalência da desigualdade social, a produção social de riqueza, mas com apropriação individual e o esgotamento gradual dos recursos naturais, pois a produção de bens e serviços não se mede pela necessidade humana e sim pela necessidade exponencial de evolução do próprio capital.

À guisa de conclusão: desafios e novas (velhas) estratégias

Trazendo o debate para o âmbito do Serviço Social: como ficam os desafios contemporâneos na formação e intervenção profissional que, junto às outras práticas sociais, têm lidado nas diferentes etapas do desenvolvimento econômico e social brasileiro com o aprofundamento das desigualdades sociais e com a sempre renovada questão social? Nesse cenário caótico, radica-se o principal desafio para os assistentes sociais: qualificar-se teoricamente para fazer frente às exigências de uma especialização afinada com novas e renovadas demandas sociais, impostas pelo reordenamento do capital e pela redução do papel do Estado na formulação e implementação de políticas sociais (NETTO, 2004; IAMAMOTO, 2003).

Outras saídas propostas por Netto constituem-se, inicialmente, no campo da competência teórica e política: fazendo frente às demais profissões que disputam o mesmo espaço profissional, tais como a psicologia e a sociologia aplicadas; a importância da cultura profissional na construção de uma *direção social estratégica* para a profissão – já consolidada nos anos 80 – mas, ameaçada nos anos 90 por novos vetores pós-modernos. Dirá o autor: os confrontos não serão reduzidos ao campo ideopolítico – com certeza atravessarão as matrizes teóricas que estão na base desta cultura profissional – o que deve significar uma retomada das raízes confessionais e conservadoras supostamente enterradas na profissão (SILVA, 2008).

Para o enfrentamento desse quadro que, às vezes, nos parece desolador, o autor aposta numa dupla coragem dos assistentes sociais: a cívica e a intelectual. No primeiro caso, não ter medo de remar contra a maré; no segundo, reconhecer nossas limitações teóricas e resistir à tentação do irracionalismo, acreditando que o marxismo pode e tem condições de responder as muitas perguntas que essa nova ordem está nos impondo e ainda nos imporá. O que está em jogo, para Netto, é a consolidação desse projeto, hoje ameaçado (SILVA, 2008).

Outra contribuição importante vem de Iamamoto (2003, 2004), que considera a necessidade de fortalecimento dos sujeitos coletivos e da rearticulação da sociedade civil frente aos desafios da contemporaneidade, lembrando ao Serviço Social sua tarefa de participação, isto é, a necessidade de construirmos alianças com os usuários “como partilha de decisões e de poder”. Tal postura, pode impulsionar formas democráticas na gestão de políticas e programas, ao mesmo tempo ainda que se deve “buscar socializar informações, alargar canais que dão voz e poder decisório à sociedade civil, permitindo ampliar sua ingerência na coisa pública” (IAMAMOTO, 2003, p. 78).

Pensamos que tais estratégias podem nos colocar outra tarefa bastante complicada, pois remete novamente à questão da legitimidade social da profissão, que, com menos amarras, ainda continua respondendo mais aos interesses do grande capital – até mesmo pelo refluxo dos movimentos sociais, já admitido por boa parte da literatura de esquerda.

Se em outros momentos do seu desenvolvimento histórico o Serviço Social viu-se preso nas “malhas da modernização conservadora” (LOPES, 1998), em tempos globais permanece preso nas

armadilhas do grande capital na sua etapa de acumulação flexível. É lógico que tal fato só aumenta nossos desafios profissionais e obriga-nos à mobilização para a busca de novas estratégias de ação. No entanto, corremos o risco, ao ajustar-nos aos novos tempos, de fazer o jogo do poder e não o seu *partilhamento*, como defendem alguns autores.

Mais alerta para os assistentes sociais brasileiros advém das análises proferidas por de Iamamoto, que compreende o ideário do projeto neoliberal como aquele que subordina tudo à lógica do mercado e rasga preceitos constitucionais, numa clara subversão de valores, citando, como exemplo, a questão do orçamento – uma linguagem técnica, instrumental que subverte a democracia à lógica do contador.

Uma linguagem cifrada que desafia os assistentes sociais a contribuir na construção de uma cultura democrática, já que, nas suas palavras, “observa-se uma tendência de deslocamento de ações governamentais públicas – de abrangência universal – no trato das necessidades sociais em favor da privatização, instituindo critérios de seletividade no atendimento aos direitos sociais” (IAMAMOTO, 2003, p. 24-25). Sendo um dos vilões dessa história o terceiro setor – outra armadilha com a qual a esquerda não conseguiu lidar –, boa parte do Serviço Social já capitulou.

A mesma autora nos aponta mais desafios no presente: a diminuição do atendimento e dos recursos com o gasto social, afetando o fazer profissional que depende de financiamento para as políticas públicas e sociais; a *refilantropização do social* com o surgimento da filantropia empresarial; alterações no mercado de trabalho, que incluem as ONGs, incorporando assistentes sociais em seus quadros profissionais para exercerem principalmente a atividade de assessoria. Isso representa a participação do Serviço Social na criação e organização dessas instituições, que não são públicas, mas, via de regra, recorrem a recursos públicos para se manterem, além da desregulamentação das relações de trabalho e dos direitos sociais em nome da redução dos custos sociais do trabalho no país.

Como novas requisições para o trabalho profissional define a inserção do assistente social em atividades na área de recursos humanos, na formulação, execução e avaliação de políticas sociais, a partir da municipalização e descentralização das políticas sociais; a participação de assistentes sociais nos conselhos de políticas e de direitos, representando práticas que podem significar partilhamento de poder ou reforço do populismo e a necessidade de capacitação profissional em moldes dos novos tempos: não só o assistente social executivo, mas o que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade.

Os impasses ainda presentes no Serviço Social são provocados pelo tensionamento de projetos societários distintos: um de caráter universalista e outro atravessado pela lógica neoliberal. Nesse sentido, existe a necessidade de fortalecimento de sujeitos coletivos e de rearticulação da sociedade civil em que os assistentes sociais devem retomar sua participação nos movimentos da sociedade, reassumindo o trabalho de base, de educação, mobilização e organização, que parece ter sido submerso ao debate profissional ante o refluxo dos movimentos sociais.

Desafia Iamamoto: o assistente social deve ter consciência do projeto (do ideário neoliberal), como aquele que subordina tudo à lógica do mercado e rasga preceitos constitucionais numa clara subversão de valores o que coloca o *caráter contraditório do Serviço Social* que pisa hoje em areia movediça. Mas, o maior desafio, segundo a autora, é a própria realidade. Portanto, não devemos abrir mão do melhor método para sua interpretação: aquele legado por Marx. Sentencia a autora: aos assistentes sociais: vale o perigo de lutar pelo resgate da cidadania social (IAMAMOTO, 2004).

Referências

ALVES, G. A “globalização” como perversidade do capital. *Revista Lutas Sociais*, n. 3 News, 1997.

ANTUNES, Ricardo A. *O que é sindicalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. O desenho multifacetado do trabalho hoje e sua nova morfologia. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, ano 23, n. 12, 2002.

- _____. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- BENJAMIN, C. et al. O sentido da construção nacional. In: *Opção brasileira*. 8. reimpr. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- BORGES, Altamiro. *Encruzilhadas do sindicalismo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005.
- CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M. V. *A questão social nas décadas de 20-30 e as bases para a implantação do Serviço Social*. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 9. ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 1993.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CORSI, Francisco Luiz. O Plano Real: um balanço crítico (1994-1998). In: DEL ROIO, Marcos (org.). *Globalização e dimensões da crise brasileira*. Marília: Cadernos da F.F.C. – UNESP-Marília-Publicações, 1999.
- FALEIROS, V. P. Acerca do objeto do Serviço Social: uma proposta de desconstrução no contexto brasileiro. In: _____. *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1997.
- GOMEZ, J. M. *Política e democracia em tempo de globalização*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, 2. ed. Brasília, ABEPSS, ano 2, n. 3, 2004, p. 9.
- IANNI, O. *A era do globalismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- KAUFMANN, J. N. Mundialização e globalização: desafios ético-políticos. *Globalização e Política Social. Ser Social – Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Política Social, Brasília, UnB, n. 4., jan./jun. 1999.*
- LIRA, Izabel Cristina Dias. Informalidade: reflexões sobre o tema. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, ano 23, n. 12, 2002.
- LOPES, J. B. *O Serviço Social na América Latina: nas malhas da modernização conservadora e do projeto alternativo de sociedade*. 1998. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 162 fl. (mimeo)
- MARTINELLI, Antônio Carlos. Empresa-cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MARTINS, J. de S. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARX, Karl; ENGELS Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2007.
- NETTO, J. P. A renovação do Serviço Social sobre a autocracia burguesa. In: _____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991. cap. 2, p. 115-308.
- _____. As condições histórico-sociais de emergência do Serviço Social. In: _____. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992. cap. 1, p. 13-77.
- _____. Cinco notas sobre a questão social. *Temporalis*, 2. ed. Brasília, ABEPSS, ano 2, n. 3, 2004, p. 41.
- _____; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- PEREIRA, Potyara A. P. *Política social: temas e questões*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- PETRAS, J. O Manifesto Comunista: qual sua relevância hoje? *Revista Lutas Sociais*, n. 3, News, 1997.
- SANTOS, M. *Por uma globalização planetária: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVA, I. M. F. da. *Questão social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sóciohistóricos*. Cuiabá: EdUFMT, 2008.
- SOARES, Laura Tavares. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- VIOLIN, Tarso Cabral. Estado, ordem social e privatização. *Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado*, Salvador, n. 12, 2008.
- WOOD, Ellen Meikins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2006.

¹ Pereira (2009) explica que o *welfare state* é basicamente uma instituição do século XX, caracterizada por um tipo de relação entre Estado e sociedade, antes inexistente, regida por princípios que, fazendo jus às reivindicações sociais da época, inspiraram os seguintes objetivos e políticas: extensão dos direitos sociais, oferta universal de serviços sociais, preocupação com pleno emprego.

² Consenso de Washington – forma como ficaram conhecidas as conclusões de seminários realizados na capital americana no final da década de 1970, que em linhas gerais são as seguintes propostas: “1) estabilização macroeconômica pela adoção de planos monetários que atrelassem as moedas nacionais ao dólar e de políticas monetárias, creditícias e fiscais contracionistas. Um dos pontos centrais seria a questão do ajuste fiscal, que deveria ser obtido por meio de um superávit primário. A reforma dos sistemas de previdência social e a reforma administrativa seriam fundamentais para alcançar essa meta. 2) Introdução de reformas estruturais visando à abertura das economias nacionais, o que implicava reduções de tarifas e desregulamentação dos mercados financeiro e de capitais. 3) Redução da presença do Estado na economia, centrada em um vasto programa de privatização das empresas estatais. Considerava-se que só depois de implementado esse conjunto de

reformas seria possível retomar o crescimento de maneira mais sustentada. Considerava-se também que, para implementar programas dessa natureza, seriam precisos governos estáveis e com larga base de sustentação política e social, pois os ônus das reformas seriam pesados para o grosso das populações dos países latino-americanos” (CORSI, 1999, p. 16).

³ Antunes (1994) relata que as greves, poderosos instrumentos de luta da classe trabalhadora nos anos 1960, já na abertura democrática a partir de 1979 vão perdendo força nos anos 1980, chegando na atualidade sem a mesma capacidade de enfrentamento.

⁴ Para o debate da “globalização” ou mundialização do capital consultar, entre outros: Ianni (1996), Chesnais (1996), Alves (1997), Kaufmann (1999), Santos (2001) e Martins (2002).

⁵ Vale apenas, no entanto, destacar dados gerais alarmantes que ilustram o empobrecimento do mundo na década de 1990: 13,2 bilhões de refugiados de guerras civis e religiosas; 20 milhões de mortes por desnutrição; 800 milhões passam fome no mundo, concentrados esses indicadores em países como Ásia, África e América Latina; 6,6 milhões de crianças morrem antes de completar 5 anos; 1/3 da força de trabalho encontra-se fora do mercado; 1,3 bilhões de pobres e 2 bilhões que vivem no limite da pobreza; 40 milhões de abortos por ano; 2,5 bilhões de pessoas portadoras de doenças infectocontagiosas geradas por falta de saneamento básico e água tratada; 600 milhões de pessoas vivem em habitações precárias; 1 bilhão de pessoas vive em áreas rurais; até 2005 nascerá um pobre por dia; a América Latina ocupa a quarta posição de famintos no mundo, atrás da Ásia e África. São ainda 67 milhões de pessoas em estado de desnutrição crônica. O Haiti encabeça a lista com 69% da sua população passando fome; nos países industrializados o desemprego atinge 35 milhões de pessoas; Há no mundo 1 bilhão de desempregados, isto é, 30% da força de trabalho existente. Vieira destaca ainda que 80% da população do planeta vivem nas regiões mais pobres e que o desemprego será o maior problema social do século XXI. Conferir a abundância desses dados em: VIEIRA, 1998.